

**AJES - FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE
DO JURUENA**

BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**CUSTO DA PECUÁRIA DE CORTE NO SISTEMA EXTENSIVO EM PASTAGEM
ARRENDADA: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE JUÍNA**

**Autor: Wilson José da Silva
Orientadora: Dr^a. Camila Nicola Boeri**

JUÍNA/2012

**AJES - FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE
DO JURUENA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**CUSTO DA PECUÁRIA DE CORTE NO SISTEMA EXTENSIVO EM PASTAGEM
ARRENDADA: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE JUÍNA**

**Autor: Wilson José da Silva
Orientadora: Dr^a. Camila Nicola Boeri**

“Monografia apresentada ao curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, da Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.”

JUÍNA/2012

**AJES - FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE
DO JURUENA**

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Ma. Cleiva Schaurich Mativi

Prof^a. Ma. Leidiani da Silva Reis

Prof^a. Dr^a. Camila Nicola Boeri
ORIENTADORA

Dedico este trabalho de conclusão do curso aos meus pais, José e Hilda, aos meus tios Geraldo e Terezinha e a todos que me apoiaram.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por ter me concedido o Dom da Vida e por ter me dado forças nos momentos difíceis dessa etapa.

Aos meus pais, que sempre me apoiaram no decorrer desta caminhada.

Aos meus tios Geraldo e Terezinha que me acolheram do início ao término do curso.

A todos os amigos e colegas da faculdade, que no decorrer do curso enfrentaram os mesmos problemas.

A coordenadora e professora Cleiva Schaurich Mativi, pela paciência e compreensão do decorrer do curso.

A todos os professores que contribuíram com seus conhecimentos para minha formação acadêmica.

Agradeço a minha orientadora Prof^a. Dr^a. Camila Nicola Boeri, pelas orientações durante a elaboração deste trabalho.

A todos que de alguma forma contribuíram para a realização e conclusão deste curso.

RESUMO

Sendo que a principal função da Contabilidade de Custos é de gerar informações precisas e rápidas para as tomadas de decisões, pode-se afirmar que a sua utilização é essencial para a pecuária. O presente trabalho tem por finalidade abordar os custos de produção da pecuária de corte na fase de cria no sistema extensivo, em pastagem arrendada. Para tanto, esta pesquisa utiliza a Contabilidade de Custos como instrumento, possibilitando assim, a verificação desses custos, e dessa forma auxiliar o empresário a tomar decisões eficazes. De acordo com os objetivos, esta pesquisa é do tipo bibliográfica, estudo de caso e de campo, para a qual se utilizou métodos quantitativo e qualitativo, analisando a realidade de produção de um único lote de 150 (cento e cinquenta) cabeças de gado (matrizes) destinados para cria, no período compreendido entre junho de 2010 a junho de 2011. A rentabilidade da atividade do caso em estudo foi analisada pelo método de custeio variável, e chegou-se a seguinte conclusão: mesmo pagando aluguel, e sendo executada no modelo tradicional, o período apurado resultou no lucro bruto de 39,25% sobre o valor da receita bruta.

Palavras-chave: Custos de produção, Pecuária de corte, Fase de cria, Sistema extensivo.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Evolução do Rebanho Bovino do Pólo de Juína - MT	19
GRÁFICO 2 – Evolução da Bovinocultura no Município de Juína - MT	21

LISTAS DE TABELAS

TABELA 1 – Rebanho Efetivo Brasileiro (Bovinos).....	16
TABELA 2 – Rebanho da Região Centro-Oeste.....	17
TABELA 3 – Rebanho Efetivo do Pólo Regional de Juína - MT.....	18
TABELA 4 – Rebanho do Pólo Regional de Juína segundo o INDEA.....	20
TABELA 5 – Custeio Variável (Direto)	42
TABELA 6 – Custos Variáveis	43
TABELA 7 – Custos Fixos	45
TABELA 8 – Ponto de Equilíbrio Contábil.....	45
TABELA 9 – Custo de Produção	46

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Método de Custeio Baseado em Atividades
CIF	Custos Indiretos de Fabricação
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CODEMAT	Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
GIA	Guia de Informações Agropecuária
IAS	International Accounting Standards
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INDEA	Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso
MD	Material Direto
MOD	Mão de Obra Direta
SAMMA	Secretaria de Agricultura Pecuária e Meio Ambiente
SEFAZ	Secretaria de Estado de Fazenda

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	12
1.2 PROBLEMATIZAÇÃO	12
1.3 OBJETIVOS.....	13
1.3.1 OBJETIVO GERAL.....	13
1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	13
1.4 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	13
1.5 JUSTIFICATIVA.....	14
1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1 PECUÁRIA DE CORTE	15
2.2 A PECUÁRIA NO BRASIL	15
2.3 A PECUÁRIA NO MATO GROSSO	16
2.4 A PECUÁRIA EM JUÍNA.....	17
2.4.1 EVOLUÇÃO DA PECUÁRIA NO PÓLO REGIONAL DE JUÍNA	18
2.4.2 EVOLUÇÃO DA PECUÁRIA NO MUNICÍPIO DE JUÍNA	20
2.5 CONTABILIDADE.....	21
2.5.1 CONTABILIDADE NO BRASIL	22
2.5.2 CONCEITO DE CONTABILIDADE.....	22
2.5.3 CONCEITO DE CONTABILIDADE DE CUSTOS	23
2.5.3.1 SURGIMENTO DA CONTABILIDADE DE CUSTOS.....	23
2.6 CLASSIFICAÇÃO DOS CUSTOS	24
2.7 CUSTO-PADRÃO	25
2.7.1 TIPOS DE CUSTO-PADRÃO	25
2.8 MÉTODOS DE CUSTEIO	26

2.8.1 CUSTEIO PO ABSORÇÃO	26
2.8.2 CUSTEIO VARIÁVEL (DIRETO)	27
2.8.3 CUSTEIO BASEADO EM ATIVIDADES (ABC)	27
2.9 CUSTOS NA AGROPECUÁRIA	27
2.10 CONTABILIDADE RURAL	27
2.10.1 CONTABILIDADE DA PECUÁRIA	28
2.10.2 CONTABILIDADE DA PECUÁRIA PELAS NORMAS INTERNACIONAIS	28
2.10.3 DEPRECIAÇÃO NA PECUÁRIA	29
2.11 ANÁLISE DE RENTABILIDADE	29
2.11.1 PONTO DE EQUILÍBRIO	30
2.11.2 MARGEM DE SEGURANÇA	30
2.11.3 MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO	31
3 METODOLOGIA	32
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	32
3.2 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO E AMOSTRAGEM.....	33
3.3 COLETA DE DADOS.....	33
3.4 DESCRIÇÃO DO LOTE DE GADO ESTUDADO	34
3.5 CRITÉRIOS DE CUSTO QUE FORAM ANALISADOS DURANTE O ESTUDO DE CASO	34
4 ANÁLISE DE RESULTADO	35
4.1 DEPRECIAÇÃO	35
4.2 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS.....	35
4.3 MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO	36
4.4 PONTO DE EQUILÍBRIO.....	37
4.4.1 PONTO DE EQUILÍBRIO CONTÁBIL	37

4.4.1.1 ÍNDICE DO PONTO DE EQUILÍBRIO	38
4.5 MARGEM DE SEGURANÇA	38
5 CONCLUSÃO	39
REFERÊNCIA	40
APÊNDICES	42

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A pecuária de corte é uma das principais atividades econômicas do país, principalmente das Regiões Centro-Oeste e Norte. O Brasil é considerado um dos maiores produtores de carne *in natura* do mundo. De acordo com a CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), apenas 11 % dos produtos da pecuária nacional são destinados ao mercado externo, e os 89% suprem o mercado interno.

Segundo Marion (2007, p. 15), “a atividade pecuária brasileira, que ostenta atualmente o maior rebanho comercial do mundo, de 170 milhões de bovinos, dos quais 72,5% são de corte”. Essa afirmação embasou-se em dados de 2006. Em 2010, esse rebanho encontrava-se na faixa de 209,5 milhões de cabeças. Conforme dados que serão posteriormente expostos. A região Centro-Oeste é a que mais contribuiu para este crescimento, sendo que o Estado de Mato Grosso foi quem mais se destacou.

A região noroeste do Estado de Mato Grosso, tem se destacado na produção de gado, e o município de Juína, cidade pólo dessa região, tornou-se economicamente dependente da pecuária, a prova disso pôde ser evidenciada em 2010, quando o frigorífico Independência paralisou suas atividades. Nesse período a economia do município estagnou-se.

Outros fatores que afetam economicamente os produtores estão ligados à oferta e a demanda, o excesso de gado e a escassez de pastagem, têm provocado grandes prejuízos.

Diante do exposto, são necessárias ferramentas que possibilitem aos pecuaristas confiança na tomada de decisões.

Sendo assim, por meio da Contabilidade de Custos é possível: identificar os custos; mensurar e informar os custos dos produtos e; gerar informações precisas e rápidas para a administração, para a tomada de decisões.

1.2 PROBLEMATIZAÇÃO

Segundo Cervo e Bervian (2002, p.84), o que leva a escolha de um tema é o surgimento de um problema. “O tema escolhido deve ser questionado, portanto, pela

mente do pesquisador, que deve transformá-lo em problema de pesquisa mediante seu esforço de reflexão, sua curiosidade ou talvez seu gênio”.

Com o aumento do rebanho automaticamente o pecuarista precisará adquirir novas áreas e destiná-las à pastagens, porém, nem sempre isso é possível. Sendo assim, o pecuarista tem apenas três alternativas: desfazer-se da parte excedente do rebanho, cedê-lo em parceria, ou arrendar pastagens de terceiros.

Na pecuária de corte na fase de cria, geralmente o pecuarista prefere manter o rebanho efetivo, e para isso, terá que optar pelo arrendamento de pastagem. Ao escolher essa alternativa, será que o pecuarista sabe quais os custos que serão incorridos até seu produto (bezerro) atingir o ponto de venda?

Segundo Crepaldi (2006), a obtenção e a compreensão das informações sobre custos são essenciais para o sucesso do negócio. Em primeiro lugar, os custos determinam o preço de venda; se os custos forem maiores do que o preço de venda, haverá prejuízo.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 OBJETIVO GERAL

Identificar os custos incorridos na produção do gado de corte na fase de cria.

1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar os custos e inseridos na produção.
- Classificar os custos de acordo com sua procedência.
- Analisar os índices dos custos na produção.
- Analisar a rentabilidade da atividade em estudo.

1.4 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa limitou-se ao estudo e análise dos custos de produção de um lote de gado de corte na fase de cria em pastagem arrendada no período compreendido entre junho de 2010 a junho de 2011.

Este período foi escolhido porque após o término do contrato de arrendamento ocorrido em junho de 2011, o gado voltou para a propriedade do pecuarista. Sendo assim, o custo com o aluguel de pastagem deixou de existir.

1.5 JUSTIFICATIVA

Com a expansão das atividades ligadas ao agronegócio, principalmente a pecuária de corte, considerada uma das principais fontes de renda de Juína - MT, percebe-se que a administração desse setor ainda está vinculada aos métodos tradicionais, descartando a utilização de práticas contábeis e gerenciais, e esta prática pode causar enormes prejuízos.

Dentro dessa mesma linha de raciocínio Aguiar e Resende (2010), afirmam:

É compreensível que o produtor não se sinta motivado a calcular os custos de produção da pecuária de corte em razão da série de dificuldades que ele enfrenta. Na realidade, os entraves se iniciam na coleta de dados, na separação dos custos de acordo com a metodologia a ser adotada e, muitas vezes, na dificuldade de compreensão e interpretação dos resultados obtidos (AGUIAR; RESENDE, 2010, p. 7).

Diante do exposto, este trabalho justifica-se pela relevância de divulgar aos pecuaristas os benefícios proporcionados pela Contabilidade de Custos, gerando informações de forma clara e objetiva, diretamente relacionada com os custos, rentabilidade e lucratividade que ocorrem na pecuária.

1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO

Para melhor compreensão do leitor, o trabalho está estruturado em cinco capítulos, na seguinte forma:

O primeiro capítulo apresenta a introdução contendo: contextualização, problematização, objetivos gerais e específicos, delimitação da pesquisa, justificativa e, estrutura do trabalho.

O segundo capítulo apresenta o referencial teórico, onde aborda os seguintes tópicos: pecuária de corte, a pecuária no Brasil, a pecuária no Mato Grosso, a pecuária em Juína, contabilidade, classificação dos custos, custo-padrão, métodos de custeio, custos na agropecuária, contabilidade rural e, análise de rentabilidade.

O terceiro capítulo descreve a metodologia utilizada na pesquisa.

O quarto capítulo demonstra a análise dos resultados decorrentes da pesquisa de estudo de caso.

O quinto capítulo apresenta a conclusão do trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, inicialmente são abordados aspectos referentes à pecuária, enfatizando o histórico da pecuária de corte no Brasil, Mato Grosso, Juína e região. Na sequência, são apresentadas informações sobre o surgimento e o conceito da Contabilidade, a sua classificação, os custos que envolvem a pecuária, a contabilização da pecuária dentro das Normas Internacionais de Contabilidade, a depreciação e, análise de resultados.

2.1 PECUÁRIA DE CORTE

No primeiro momento dá-se a entender que pecuária é uma atividade voltada apenas à criação de gado. Porém essa atividade envolve a criação de outros animais como: búfalos, cabritos, carneiros, cavalos etc.

Segundo Marion (2007), a pecuária de corte caracteriza-se por três fases distintas: a cria, a recria e a engorda. Geralmente os animais são criados a campo, destinados ao consumo doméstico, à comercialização e a industrialização.

Para Oliveira (2008), existem dois tipos de sistemas de produção: Sistema extensivo, onde os animais são mantidos em pastos nativos, dependendo somente de recursos naturais e; Sistema intensivo, onde há uma suplementação alimentar e mineral, cuidados técnicos e veterinários, possibilitando menor tempo para o abate.

Marion e Segatti (2010) acrescentam um terceiro sistema de produção, o Sistema semi-intensivo, onde se adota subdivisão das pastagens e aplica-se o rodízio de pastagens. Dessa forma, aumenta a capacidade de suporte da área.

2.2 A PECUÁRIA NO BRASIL

Segundo Vicentino e Dorigo (1998), no início da colonização no século XVI, logo no primeiro momento, foram trazidas para o Brasil as primeiras cabeças de gado, com o intuito de serem utilizadas como força de tração nos engenhos açucareiros. Com a expansão da atividade canavieira, a criação de gado também seguiu o mesmo ritmo, deixando de ser utilizado apenas como força motriz e transporte, passando a ser usado como fonte de alimentação.

Para Koshiba e Pereira (1996), com a multiplicação do rebanho, não era mais possível manter o gado no engenho, pois os animais alimentavam-se com a cana-de-açúcar, e dessa forma danificavam a plantação. Entre o canavial e o gado,

o senhor do engenho optou pelo canavial, pois o gado era economicamente insignificante perante a matéria-prima utilizada na fabricação do açúcar, principal produto de exportação. Dessa forma a criação de gado deixou a região litorânea e expandiram-se rumo a outras duas regiões, uma pelo rio São Francisco em direção a Minas Gerais e outra através de vários rios até atingir o Maranhão.

Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), pelo censo da pecuária realizado em 2006, o Brasil possuía em torno de 171,6 milhões de cabeças de gado. No censo de 2010, realizado pelo mesmo órgão, a pesquisa apresentou um resultado 22,10% superior ao de 2006, ou seja, o rebanho efetivo brasileiro passou de 171,6 milhões para 209,5 milhões de cabeças. A evolução desse crescimento é apresentada na TABELA 1.

TABELA 1 – Rebanho Efetivo Brasileiro (Bovinos)

REBANHO EFETIVO BRASILEIRO (BOVINOS)			
REGIÕES	2006	2010	Variação%
SUDESTE	34.059.932	38.251.950	12,31
SUL	23.364.051	27.866.349	19,27
CENTRO-OESTE	57.526.794	72.559.996	26,13
NORTE	31.336.290	42.100.695	34,35
NORDESTE	25.326.270	28.762.119	13,57
TOTAL	171.613.337	209.541.109	22,10

Fonte: IBGE (2012)

As regiões que mais contribuíram para esse crescimento foram: Centro-Oeste com um aumento de 26,13% em seu rebanho efetivo, sendo o Estado de Mato Grosso quem mais contribui para esse crescimento, com um aumento de 45,18% no seu rebanho e Norte, onde seu rebanho que em 2006 era de 31,3 milhões de cabeças, em 2010 passou para 42,1 milhões ocorrendo um aumento de 34,35%. Nessa região podemos destacar o Estado do Pará, onde ocorreu um aumento de 32,4% em seu rebanho.

2.3 A PECUÁRIA NO MATO GROSSO

Segundo Cavalcante e Costa (1999), a introdução do gado no Estado de Mato Grosso ocorreu no século XVIII, e não foi diferente do ocorrido no início da colonização brasileira, em que as primeiras cabeças foram trazidas para servirem de transporte e de alimento para os mineradores. Devido à decadência da mineração ocorrida ainda no século XVIII, a pecuária tornou-se uma das principais atividades econômicas. Porém, essa atividade começou a expandir-se somente após o término

da Guerra do Paraguai (1870), quando algumas empresas passaram a produzir e exportar produtos derivados do gado. O maior impulso da pecuária ocorreu durante a Primeira República, devido à construção da Ferrovia Noroeste do Brasil, que interligou o Estado de Mato Grosso ao Estado de São Paulo.

Para Ferreira (2001, p.319), “um dos alicerces da economia estadual é a pecuária, que tem um dos maiores rebanhos de bovinos do país”. Nesse período o Mato Grosso ocupava o terceiro lugar do ranking nacional, alguns anos depois, seu rebanho assumiu o topo do ranking.

A Região Centro-Oeste, composta pelos Estados de Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Distrito Federal, possui o maior rebanho. De acordo com censo da Pecuária Municipal de 2010, realizado pelo IBGE, essa região possuía 72.559.996 de cabeças de gado. Essa quantia representava 34,63% do rebanho nacional, que em 2010 possuía 209,5 milhões de cabeças, conforme pode ser observado na TABELA 2.

TABELA 2 - Rebanho da Região Centro-Oeste

ESTADOS	QUANT. CABEÇAS
Goiás	21.347.881
Mato Grosso do Sul	22.354.077
Mato Grosso	28.757.438
Distrito Federal	100.600
TOTAL	72.559.996

Fonte: IBGE (2012)

2.4 A PECUÁRIA EM JUÍNA

“O município de Juína, localizado na região noroeste do Estado do Mato Grosso, a 724 km da capital Cuiabá, tendo uma extensão territorial de 26.351,89 km²” (FERREIRA, 2001, p. 492).

Segundo Ferreira (2001), a colonização de Juína iniciou-se na década de 70, quando inúmeras famílias migraram para essa região que disponibilizava imensa área destinada à agricultura e pecuária. A CODEMAT - Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso - era o órgão responsável pelo repasse dessas áreas.

A introdução do gado no município de Juína ocorreu no início da colonização. No entanto as atividades econômicas estavam voltadas ao extrativismo vegetal (madeira) e mineral (diamante). Com a decadência da exploração mineral,

ocorrida na década de 90, a pecuária tornou-se a principal atividade econômica do município.

2.4.1 EVOLUÇÃO DA PECUÁRIA NO PÓLO REGIONAL DE JUÍNA

O Pólo Regional de Juína é composto por sete municípios, dentre eles: a própria Juína, Castanheira, Aripuanã, Brasnorte, Juruena, Cotriguaçu e Colniza. Pelo censo 2010 realizado pelo IBGE, juntos esses municípios possuíam 2,5 milhões de cabeças de gado, essa quantia representava 8,84% do rebanho do Estado e, 1,21% do rebanho nacional. A TABELA 3 apresenta numericamente a evolução da pecuária no pólo regional de Juína.

TABELA 3 – Rebanho Efetivo do Pólo Regional de Juína – MT.

IBGE - CENSO PECUÁRIA DE BOVINOS EFETIVOS (2004-2010)							
MUNICÍPIO	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
JUÍNA	533.199	564.408	533.595	532.901	543.334	574.954	605.179
CASTANHEIRA	336.207	374.457	363.007	334.125	352.666	362.067	362.007
ARIPUANÃ	319.447	393.136	430.864	389.132	388.397	412.589	416.142
BRASNORTE	348.602	352.826	319.608	308.852	327.180	352.043	376.262
JURUENA	108.428	129.756	153.971	162.012	167.042	174.021	191.070
COTRIGUAÇU	116.894	142.009	187.381	208.111	219.403	247.727	274.942
COLNIZA	96.960	152.714	197.001	217.796	251.482	290.373	315.596
TOTAL	1.859.737	2.109.306	2.185.427	2.152.929	2.249.504	2.413.774	2.541.198

Fonte: IBGE (2012)

O município de Juína por ser a cidade pólo, possui o maior rebanho dessa região, sendo que em 2010 seu rebanho representava 23,81% do total da região. Essa diferença só não é maior devido ao fato de 61 % do território desse município estar destinado à reserva ambiental.

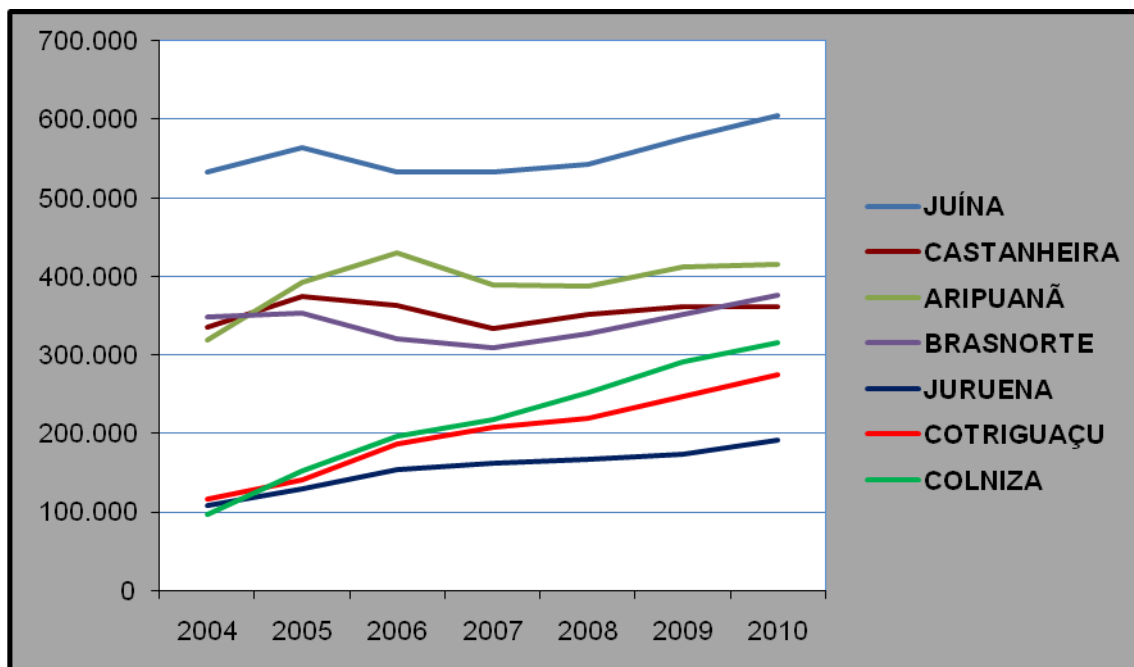


GRÁFICO 1 – Evolução do Rebanho Bovino do Pólo de Juína - MT

Fonte: IBGE (2012)

Analisando o GRÁFICO 1, percebe-se que no decorrer do ano de 2006 os municípios de Juína, Castanheira e Brasnorte reduziram seus respectivos rebanhos. Essa redução pode ter sido ocasionada pelo abate de fêmeas e de matrizes ou pela falta de pastagens. Em 2007 o rebanho desses municípios continuava em declínio, nesse ano o município de Aripuanã também apresentou uma queda no seu rebanho. Porém, a partir de 2008, com exceção de Aripuanã, esses municípios começaram a retomar o crescimento gradativamente do rebanho. Já os municípios de Juruena, Cotriguaçu e Colniza, não sofreram essa queda no rebanho, muito pelo contrário, seus respectivos rebanhos evoluíram de 2004 a 2010. Dentre destes municípios, o que mais se destacou foi Colniza, que no decorrer desse período passou de 96,9 mil para 315,5 mil cabeças, ou seja, de 2004 a 2010 ocorreu um aumento 225,49% no rebanho bovino desse município.

De acordo com o INDEA (Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso) pelo resultado da campanha de vacinação de novembro de 2011, o Pólo Regional de Juína possuía 2.644.333 cabeças de gado. Conforme TABELA 4.

TABELA 4 – Rebanho do Pólo Regional de Juína segundo o INDEA

MUNICÍPIO	2009	2010	2011
JUÍNA	574.834	604.983	602.937
CASTANHEIRA	360.423	360.117	370.882
ARIPUANÃ	410.086	414.376	436.624
JURUENA	173.862	190.855	197.209
COTRIGUAÇU	245.389	270.407	292.958
COLNIZA	286.965	313.242	368.950
BRASNORTE	351.843	376.244	374.773
TOTAL	2.403.402	2.530.224	2.644.333

Fonte: INDEA de Juína – MT (set.2012)

Comparando os dados disponibilizados pelo IBGE com os fornecidos pelo INDEA, percebe-se que os órgãos chegaram a resultados diferentes. Essa diferença pode ter sido ocasionada pela má interpretação ou por erro de digitação, já que o IBGE busca essas informações no próprio INDEA. Analisando os resultados, os dados fornecidos pelo IBGE, os anos de 2009 e 2010, apresentaram a respectivamente diferenças de 0,43% superiores aos do INDEA. Já o ano de 2011, pelo fato de apenas um órgão ter disponibilizado as informações referentes ao rebanho regional, ficou impossibilitada a análise dos resultados.

2.4.2 EVOLUÇÃO DA PECUÁRIA NO MUNICÍPIO DE JUÍNA

O primeiro registro da pecuária da bovinocultura do município de Juína apresentado pelo censo do IBGE é do ano de 1983, ou seja, a cidade de Juína passava pelo período de recém emancipada. Nesse período existiam poucas áreas com pastagens disponíveis para essa atividade. O GRÁFICO 2 apresenta a evolução da bovinocultura até o ano de 2010.

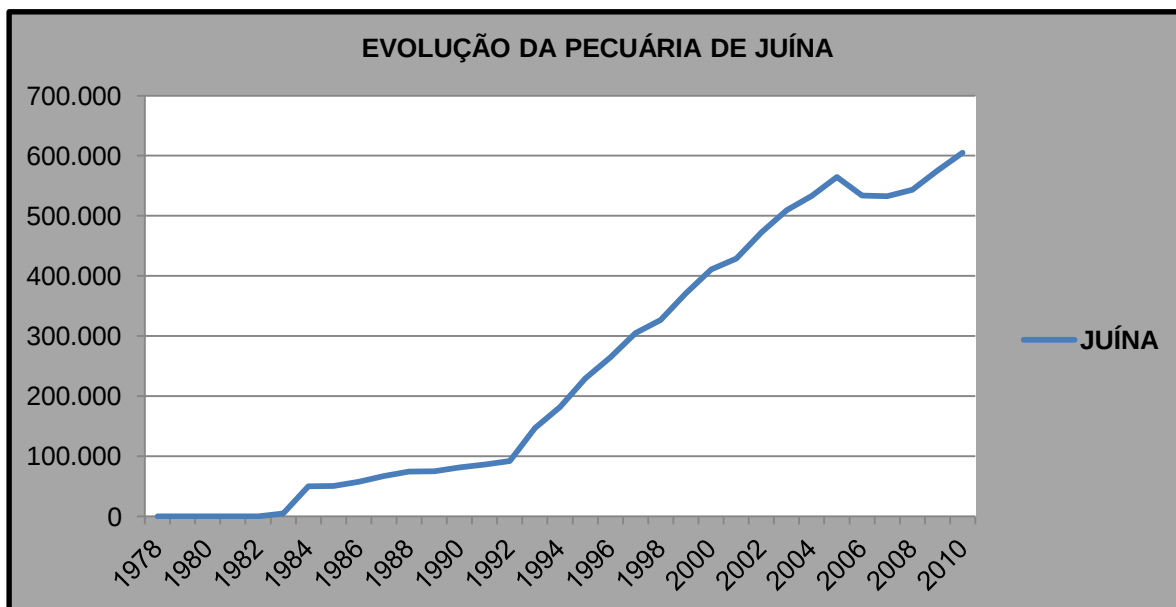


GRÁFICO 2 – Evolução da Bovinocultura no Município de Juína – MT.

Fonte: IBGE, Pesquisa Pecuária Municipal (2012)

Pelos dados fornecidos pelo IBGE, percebe-se que a pecuária relacionada à bovinocultura do município de Juína obteve um grande impulso no decorrer de 1983-1984, ou seja, para um rebanho que em 1983 era estimado em apenas 4.735 cabeças de gado, no ano seguinte passou para 50.000 cabeças. Nesse período ocorreu um aumento em 955,97% no número de cabeças de gado nesse município. Os baixos preços das terras e a flexibilidade dos órgãos ambientais contribuíram para o crescimento dessa atividade durante esse período. Porém, nos anos seguintes, a expansão dessa atividade não continuou no mesmo ritmo, dois fatores contribuíram para essa estagnação: a mudança do sistema político nacional, que trouxe a inflação, onde a população preferia aplicar o dinheiro a juros exorbitantes em vez de impulsionar essa atividade; e a febre do extrativismo mineral, ou seja, a garimpagem de diamantes na região. Nos meados da década de 90, com a decadência da atividade extrativista mineral, e com o controle inflacionário proporcionado pelo plano real, a bovinocultura voltou a ser a principal atividade econômica da região, já que o extrativismo madeireiro também começava a apresentar indícios de enfraquecimento.

2.5 CONTABILIDADE

Segundo Iudícibus e Marion (2006), a Contabilidade surgiu no momento em que o homem passou a exercer atividades com o objetivo de acumular bens. E para evidenciar a riqueza que detinha, registrava tudo por meio de inscrições e desenhos

em paredes. Quando passou a trocar seus produtos em excesso por produtos escassos através do escambo, empregou a contagem como controle dessas trocas. Com o surgimento da moeda como principal meio de troca, com a expansão das atividades comerciais e bancárias, a Contabilidade passou a ser fundamental para o controle patrimonial de modo geral.

2.5.1 CONTABILIDADE NO BRASIL

Para Sá (2008), a Contabilidade no Brasil iniciou-se bem antes da chegada dos portugueses no século XVI. Há indícios de que a Contabilidade já era utilizada na pré-história, quando o homem vivia em cavernas, os registros contábeis eram expressos através de pinturas e traços que representavam o objeto de seu patrimônio e a quantidade desse bem.

Segundo Sá (2008), os primeiros contadores a desembarcarem no Brasil, vieram nas expedições do descobrimento, ou seja, no início do século XVI, onde Pero Vaz de Caminha é considerado como o primeiro contador estrangeiro a aportar no Brasil, já que fazia parte da expedição de Cabral. Esse título lhe foi concedido devido ao fato do mesmo ter enviado informações a Portugal de tudo o que se havia encontrado nas terras brasileiras. Porém, em 1549, Gaspar Lamego foi nomeado como o primeiro profissional para o Brasil, designado como Contador da Casa Real.

2.5.2 CONCEITO DE CONTABILIDADE

“A Contabilidade é uma ciência que possibilita por meio de suas técnicas, o controle permanente do patrimônio das empresas” (RIBEIRO, 2010, p.10).

Para Marion (1998, p.24), a Contabilidade é “o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa”.

A Contabilidade é uma ciência que tem o patrimônio como objeto de estudo, e sua finalidade é: coletar, registrar, classificar, demonstrar, auditar, informar, analisar e interpretar todos os dados e fenômenos que afetam a situações patrimonial, financeira e econômica de qualquer entidade. Dessa forma, a Contabilidade fornece informações, interpretações e orientação sobre as variações do patrimônio, facilitando o gestor a tomar as decisões corretas.

Segundo Iudícibus e Marion (2006), a Contabilidade classifica-se em:

Contabilidade Financeira: é a Contabilidade Geral, necessária a todas as empresas. Fornece informações básicas aos seus usuários e é obrigatória conforme legislação comercial.

Contabilidade de Custos: está voltada para o cálculo, interpretação e controle dos bens fabricados ou comercializados, ou de serviços prestados pela empresa.

Contabilidade Gerencial: voltada para fins internos, procura suprir os gerentes de um elenco maior de informações, exclusivamente para tomada de decisões. Diferencia-se das Contabilidades já abordadas, pois não se prende aos princípios fundamentais da Contabilidade (IUDÍCIBUS, MARION, 2006, p. 44).

Na Contabilidade Financeira, as suas demonstrações são voltadas à pessoas e entidades externas, ou seja, acionistas, credores, agentes tributários etc., e na observância dos princípios contábeis geralmente aceitos. Enquanto a Contabilidade de Custos, coleta dados para que se possa identificar, medir e informar todos os custos incorridos na fabricação ou na venda dos produtos, ou de serviços prestados pela empresa. Já a Contabilidade Gerencial está voltada aos usuários internos, para a obtenção informações que auxiliem o administrador a atingir os objetivos da empresa.

2.5.3 CONCEITO DE CONTABILIDADE DE CUSTOS

Por meio da Contabilidade de Custos é possível de se identificar os valores agregados em cada produto, e quanto ele custará até estar pronto para a venda.

Para Crepaldi (2004), Contabilidade de Custos é:

Uma técnica utilizada para identificar, mensurar e informar os custos dos produtos e/ou serviços. Ela tem a função de gerar informações precisas e rápidas para a administração, para a tomada de decisões. É voltada para a análise de gastos da entidade no decorrer de suas operações (CREPALDI, 2004, p. 13).

Desta forma, a Contabilidade de Custos serve para identificar os custos na produção, onde cada departamento poderá ter seus custos rateados, facilitando as tomadas de decisões em relação à diminuição dos gastos relativos a produção.

2.5.3.1 SURGIMENTO DA CONTABILIDADE DE CUSTOS

A Contabilidade estava voltada apenas ao campo financeiro, onde focava apenas movimentações financeiras, empresas comerciais e prestadoras de serviços. Com a industrialização houve-se a necessidade de um melhor controle das atividades, principalmente do que se diz respeito aos estoques.

Crepaldi (2004) define bem o motivo do surgimento da Contabilidade de Custos:

Surgiu da Contabilidade Geral, justamente pela necessidade de se ter um controle maior sobre os valores a serem atribuídos aos estoques de produtos na indústria e, também, pela necessidade de tomar decisões quanto o que, como e quando produzir (CREPALDI, 2004, p. 14).

Martins (2010) também confirma essa tese:

A Contabilidade de Custos nasceu da Contabilidade Financeira, quando da necessidade de se avaliar estoques na indústria, tarefa essa que era fácil na empresa típica da era mercantilista. Seus princípios derivam dessa finalidade primeira e, por isso, nem sempre conseguem atender completamente às suas outras duas mais recentes e provavelmente mais importantes tarefas: controle e decisão (MARTINS, 2010, p. 23).

Observa-se que a Contabilidade estava voltada apenas para empresas comerciais, ou seja, às empresas que compravam produtos prontos e os revendiam aos consumidores sem que esses sofressem alguma alteração. Já as indústrias necessitam de um melhor controle, principalmente o que se diz respeito à matéria-prima, mão-de-obra e outros custos necessários na fabricação de seus produtos.

Marion *et al* (1996), afirma:

Um sistema de custos completo tem atualmente objetivos amplos e bem definidos, que refletem sua importância como ferramenta básica para a administração de qualquer empreendimento, especialmente na agropecuária, onde os espaços de tempo entre produção e vendas, ou seja, entre custos e receitas, fogem à simplicidade de outros tipos de negócios, exigindo técnicas especiais para apresentação não dos custos, mas dos resultados econômicos do empreendimento (MARION *et al*, 1996, p. 62-63).

A agropecuária, não tem um período predefinido para a apuração de receitas. Para ter um controle sobre o processo produtivo, já que se trata de produto em formação que permanecerá no estoque por um longo período, necessita de um sistema de custo mais amplo. Desta forma, através da análise econômica, o produtor passa a conhecer com detalhes todos os custos e despesas inseridas no produto até atingir o ponto de venda.

2.6 CLASSIFICAÇÃO DOS CUSTOS

Segundo Santos, Marion e Segatti (2009), com relação aos produtos fabricados, considerando a unidade produzida, os custos podem ser classificados em:

- Custos diretos: são aqueles diretamente incluídos aos produtos, a identificação ocorre com a utilização de um método de medição. Consistem nos materiais diretos usados na fabricação dos produtos e mão-de-obra.
- Custos indiretos: são aqueles necessários à produção, geralmente de mais de um produto, e para serem atribuídos aos produtos necessitam de um sistema de rateio.

Conforme Santos, Marion e Segatti (2009), em relação ao volume produzido, os custos podem permanecer inalterados ou variarem. Em decorrência, os custos classificam-se em:

- Custos fixos: são os que permanecem inalterados, ou seja, independentemente do volume de produção esses custos não variam, existem mesmo que não haja produção.
- Custos variáveis: são aqueles que variam em proporção direta com o volume de produção. Quanto maior for a produção, maiores serão os custos variáveis, caso não ocorra produção, esses custos serão nulos.

2.7 CUSTO-PADRÃO

Custo-Padrão segundo Crepaldi (2004):

É um custo estabelecido pela empresa como meta para seus produtos, levando em consideração as características tecnológicas do processo produtivo, a quantidade e os preços dos insumos necessários para a produção e o respectivo volume (CREPALDI, 2004, p. 279).

O Custo-Padrão, cuja finalidade básica é proporcionar um instrumento de controle à administração da empresa, pode ser utilizado quer a empresa utilize o Custeio por Absorção, quer o Custeio Variável.

2.7.1 TIPOS DE CUSTO-PADRÃO

Para Crepaldi (2004), Custo-Padrão pode apresentar-se como:

Custo-padrão ideal – supõe a utilização com a máxima eficiência dos recursos produtivos (MD, MOD e CIF) e não leva em consideração desperdícios normais de MD, diminuições no ritmo de trabalho dos funcionários, possíveis quebras de equipamentos. Na prática, é difícil de ser atingido.

Custo-padrão estimado – é aquele determinado simplesmente através de uma projeção de uma média dos custos observados no passado, sem qualquer preocupação de se avaliar se ocorreu ineficiências na produção. Por exemplo, se o nível de desperdício dos materiais poderia ser diminuído,

se a produtividade da mão-de-obra poderia ser melhorada, se os preços pagos pelos insumos poderiam ser menores.

Custo-padrão corrente – leva em consideração um desempenho passível de ser alcançado, considerando perdas de MD, queda na produtividade dos funcionários, possíveis quebras nos equipamentos. Na prática, é usado o custo-padrão corrente (CREPALDI, 2004, p. 283, grifo do autor).

Segundo Martins (2010), Custo-padrão Corrente é o que a empresa deveria alcançar, se conseguisse atingir certos níveis de desempenho, enquanto o Custo-padrão Estimado é o que normalmente a empresa deverá obter.

2.8 MÉTODOS DE CUSTEIO

Segundo Padoveze (2012, p. 339), método de custeio é “o processo de identificar o custo unitário de um produto ou serviço ou de todos os produtos e serviços de uma empresa ...”.

Para Crepaldi (2004), existem dois métodos básicos de custeio: Custeio por Absorção e Custeio Variável ou Direto, e eles podem ser usados com qualquer sistema de acumulação de custos. A diferença entre os dois métodos está no tratamento dos custos fixos.

Por meio do método de custeio, as empresas apuram os custos de fabricação, estabelecem a margem de lucro e definem o preço de venda de seus produtos. Ao definir um método de custeio, a empresa deve levar em conta vários fatores, como: o tamanho da empresa, seu faturamento, quantidade e linhas de produtos fabricados.

2.8.1 CUSTEIO POR ABSORÇÃO

Segundo Martins (2010, p. 37), “Custeio por Absorção é o método derivado da aplicação dos Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos, nascido da situação histórica mencionada”. O Custeio por Absorção ou Custeio Pleno consiste na apropriação de todos os custos de produção (diretos ou indiretos fixos ou variáveis). Nesse método de custeio, todos os custos de produção são apropriados aos produtos do período. Os custos de produção podem ser apropriados diretamente, ou indiretamente, como é o caso dos custos indiretos de fabricação. Os gastos que não pertencem ao processo produtivo, como as despesas, são excluídos.

2.8.2 CUSTEIO VARIÁVEL (DIRETO)

Segundo Crepaldi (2004, p. 227), “conhecido também como custeio direto, é um tipo de custeamento que considera como custo de produção de um período apenas os custos variáveis incorridos, desprezando os custos fixos”. Nesse método de custeio, os custos fixos têm o mesmo tratamento das despesas, pois são considerados despesas do período independentemente de os produtos terem ou não sido vendidos.

2.8.3 CUSTEIO BASEADO EM ATIVIDADES (ABC)

De acordo com Martins (2010, p. 87), o Custeio Baseado em Atividades (ABC) “é um método de custeio que procura reduzir sensivelmente as distorções provocadas pelo rateio arbitrário dos custos indiretos”.

Custeio Baseado em Atividades segundo Crepaldi (2011):

É um sistema de custeio baseado na análise das atividades significativas da empresa. Baseia-se na premissa de que são as atividades, e não os produtos, que provocam o consumo de recursos e, estas atividades, conforme são requeridas, é que formaram os custos dos produtos (CREPALDI, 2011, p. 319).

O Custo ABC é definido comumente como um método de custeamento que atribui primeiro os custos às atividades e depois aos produtos, baseado no uso das atividades de cada produto.

2.9 CUSTOS NA AGROPECUÁRIA

Segundo Marion *et al* (1996), um sistema de custo completo é a ferramenta básica para a administração de uma empresa agropecuária, já que o ciclo operacional difere-se dos demais tipos de empresas.

Apesar de muitos problemas com relação ao processo de apuração de dados, a determinação do custo de produção na agropecuária é uma prática necessária e indispensável ao administrador. Dessa forma, conhecendo os custos incorridos na produção, o produtor poderá fixar diretrizes e corrigir distorções, possibilitando a sobrevivência do sistema de produção.

2.10 CONTABILIDADE RURAL

Para Crepaldi (2011), a Contabilidade Rural é:

Um dos principais sistemas de controle e informação das Empresas Rurais. Com a análise do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do

Exercício é possível verificar a situação da empresa, sob os mais diversos enfoques, tais como análises de estrutura, de evolução, de solvência, de garantia de capitais próprios e de terceiros, de retorno de investimentos etc., (CREPALDI, 2011, p.81).

Através da Contabilidade Rural se obtém informações sobre as condições de expandir-se, cortar gastos e despesas e, reduzir os custos.

2.10.1 CONTABILIDADE DA PECUÁRIA

Segundo Marion *et al* (1996), existem duas classificações contábeis para a pecuária. Quando o gado for destinado à comercialização, tanto na forma de bezerro, novilho ou boi gordo, esses serão registrados no Ativo Circulante, na conta Estoques. Já no caso do gado que for destinado à reprodução, onde inclui touros e matrizes (vacas), deverão ser registrados no Ativo Permanente, na conta Imobilizado, ou seja, no Ativo Não-Circulante, na conta Imobilizado. O Fisco segue essa mesma Norma, que foi introduzida por meio do Parecer Normativo nº57/76.

Um dos problemas quanto à classificação do gado é quando os animais ainda são pequenos, pois, aspectos como: fertilidade, carcaça, peso, raça e até mesmo a cor, poderão influenciar a destinação desses animais.

2.10.2 CONTABILIDADE DA PECUÁRIA PELAS NORMAS INTERNACIONAIS

As atividades ligadas à agricultura e pecuária, também estão inseridas nas Normas Internacionais de Contabilidade. O objetivo e o alcance dessa Norma encontram-se disposta no CPC - 29 (Comitê de Pronunciamentos Contábeis).

De acordo com CPC - 29 (2009) a IAS 41 (*International Accounting Standards - 41*) prescreve o tratamento contábil, a apresentação de demonstrações financeiras e divulgações relacionadas à atividade agrícola; ativos biológicos durante o período de crescimento, degeneração, produção e procriação, e a mensuração inicial dos produtos agrícolas no momento da colheita. Ela exige mensuração pelo valor justo menos os custos estimados no ponto de venda, desde o reconhecimento inicial dos ativos biológicos até o momento da colheita, exceto quando o valor justo não puder ser mensurado de forma confiável no reconhecimento inicial.

Segundo CPC – 29 (2009), os ativos biológicos podem ser:

- Consumíveis: são aqueles que devem ser colhidos como produtos agrícolas ou vendidos como ativos biológicos. O gado destinado à produção de carne, gado mantido para a venda são considerados ativos biológicos consumíveis.
- De produção: são os que produzem subprodutos sem que haja a necessidade da venda desse ativo. Nesse caso enquadra-se o gado leiteiro, onde o objetivo é comercializar o leite e não o gado.

2.10.3 DEPRECIAÇÃO NA PECUÁRIA

Para Marion *et al* (1996), o gado reprodutor (touro e vaca) e outros animais constantes do Ativo Permanente, no decorrer da vida útil perdem a capacidade de produção, dessa forma, sofrem depreciação semelhante a que ocorre em máquinas ou equipamentos. Essa depreciação inicia-se no momento em que o gado estiver em condições de reprodução. Quanto à definição da vida útil do rebanho, deve-se levar em conta fatores como: raça, clima, condições de vida e distâncias que percorrem.

Segundo Aguiar e Resende (2010), a depreciação do gado ocorre nas seguintes proporções: reprodutores machos (touro) têm uma depreciação de 25% ao ano, isto significa que sua utilidade é de apenas quatro anos; reprodutoras fêmeas (vacas-matrizes) sofrem uma depreciação de 10% ao ano, ou seja, sua vida útil com reprodutora dura dez anos. Essa depreciação acontece no gado inventariado no Imobilizado do Ativo Não-Circulante, isso não significa que após esse período de depreciação o valor residual desse gado venha a decair muito do valor de aquisição, principalmente as matrizes, se forem oriundas de gado comum, o valor residual terá pouca diferença do valor inicial (compra), essa diferença aparecerá no peso e no valor da arroba. Já os reprodutores machos, esses sofrerão uma grande diferença do valor inicial para o valor residual, comumente quando a vida útil de reprodutor chegar ao fim, esse será comercializado pelo peso, ou seja, por arroba, muitas vezes esse valor é comparado ao valor da arroba de vacas (para o abate).

2.11 ANÁLISE DE RENTABILIDADE

Segundo Padoveze (2012), a análise de rentabilidade é um dos temas mais complexos. Porém, este procedimento deve ser feito rotineiramente, pois, o

acompanhamento das atividades e dos resultados são vitais para a continuidade da empresa.

Para Reis (2009, p. 288), “Os índices de rentabilidade medem a capacidade de produzir lucro de todo o capital investido nos negócios (próprios e de terceiros), ...”.

Para iniciar sua atividade ou expandir o seu negócio a empresa necessita de recursos, que podem ser provenientes de capital próprio ou de terceiros. Os recursos investidos no empreendimento visam uma taxa de rentabilidade acima da taxa média de juros corrente no mercado. Para avaliar se o lucro decorrente da atividade da empresa foi superior aos oferecidos pelo mercado, analisa-se o resultado pelos índices de rentabilidade.

2.11.1 PONTO DE EQUILÍBRIO

Segundo Lopes e Carvalho (2000) *apud* Aguiar e Resende (2010, p.55), “ponto de equilíbrio é ponto onde as receitas e custos se igualam, ou seja, é a quantidade física de produção para que este valor fosse igual ao total de custos”. A análise do equilíbrio entre receitas de vendas e custos é muito importante como instrumento de decisão gerencial. O sucesso de qualquer empreendimento empresarial está condicionado à existência da melhor informação gerencial.

Tratando-se de pecuária, isso significa a quantidade de cabeças comercializadas, que serão necessárias para cobrir todos os custos decorrentes no ciclo operacional, onde esse ciclo poderá levar mais de um ano para completar-se.

2.11.2 MARGEM DE SEGURANÇA

Leone (2008) conceitua margem de segurança:

... é a diferença entre o que a empresa pode produzir e comercializar, em termos de quantidade de produtos, e a quantidade apresentada no ponto de equilíbrio. Chama-se margem de segurança porque mostra o espaço que a empresa tem para fazer lucros após atingir o ponto de equilíbrio (LEONE, 2008, p.354).

A margem de segurança representa a quantidade unitária ou valor, que ultrapassa o ponto de equilíbrio. Dessa forma, se as vendas caírem na mesma proporção da margem de segurança, a empresa ainda não estará atuando em prejuízo. Quanto mais acima do ponto de equilíbrio a empresa estiver operando, maior será a sua segurança.

2.11.3 MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO

Para Martins (2010), margem de contribuição pode ser analisada de duas formas: margem de contribuição unitária, quando os custos variáveis de cada produto são subtraídos do preço de venda/unidade desse produto; margem de contribuição total, quando se multiplica a margem de contribuição unitária pela quantidade vendida. Resumindo a margem de contribuição é justamente a diferença entre o valor unitário da mercadoria vendida e o custo variável correspondente, e a sobra dessa confrontação unitária fica disponível para cobrir o custo fixo.

Após descobrir o resultado dessa análise, para chegar ao lucro ou prejuízo, necessitam-se subtrair desse resultado os valores dos custos fixos unitário, e posteriormente aos custos fixos total. Quando a empresa produz mais de um tipo de produto, através dessa análise é possível descobrir qual o produto oferece a maior rentabilidade.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo é apresentada a metodologia utilizada nessa pesquisa, onde são abordados: os tipos de pesquisas; os métodos utilizados; o objeto da pesquisa, suas características e o local e; os critérios analisados durante a pesquisa.

Segundo Gil (2002, p. 162), “Nesta parte, descrevem-se os procedimentos a serem seguidos na realização da pesquisa (...)”. O tipo de pesquisa é que irá definir a organização e os métodos a serem utilizados.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa de acordo com seus objetivos classifica-se como bibliográfica e como estudo de caso, utilizando os métodos qualitativo e quantitativo de caráter descritivo.

Para Gil (2002), pesquisa bibliográfica é desenvolvida através de material já elaborado, principalmente livros e artigos. É o primeiro passo na elaboração de uma pesquisa, mesmo utilizando-se de outra metodologia, o pesquisador precisará embasar-se em material bibliográfico.

Para o desenvolvimento desta pesquisa utilizou-se o método de estudo de caso, tendo como objeto de estudo uma propriedade rural localizada no município de Juína, cuja principal atividade é a pecuária de corte na fase de cria.

Gil (2002), define estudo de caso como:

Uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências biomédicas e sociais. Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados (GIL, 2002, p. 54).

Já a qualitativa, Richardson *et al* (1999) *apud* Marconi e Lakatos (2006) afirmam que:

Pode ser caracterizada como tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos (RICHARDSON *et al* 1999, p. 70 *apud* MARCONI, LAKATOS, 2006, p. 271).

Enquanto isso, segundo Marconi e Lakatos (2006, p. 269), “No método quantitativo, os pesquisadores valem-se de amostras amplas e de informações numéricas ...”.

Já as pesquisas descritivas, para Gil (2002, p. 42), “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Em relação a pesquisa de campo, Marconi e Lakatos (2010) definem como:

Aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. (MARCONI, LAKATOS, 2010, p.69).

O estudo de campo, por ser realizado pessoalmente pelo pesquisador, trás a real situação do objeto em estudo, onde os resultados são mais fidedignos, já que é evidenciada e desenvolvida no próprio local em estudo.

3.2 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO E AMOSTRAGEM

Devido ao grande número de propriedades existentes no município de Juína, onde a grande maioria de alguma forma está envolvida com atividades relacionadas à pecuária. A pesquisa limitou-se a coletar dados em apenas uma única propriedade.

Esta pesquisa analisou a produção de um único lote de 150 (cento e cinquenta) vacas destinadas à cria e sua respectiva produção (bezerros), em pasto arrendado (alugado), no período de junho de 2010 a junho de 2011, onde buscou conhecer os custos dessa atividade.

3.3 COLETA DE DADOS

A coleta de dados para a pesquisa ocorreu entre os meses de agosto e setembro de 2012, e foi realizada na propriedade denominada como Sítio São José, localizada na linha 3 a 65 km de Juína – MT, sendo uma área de 240 hectares, onde apenas 60% dessa área é utilizada para a criação de gado. Porém, os dados levantados na pesquisa referem-se ao período em que o gado ocupava a pastagem de outra área, cujo proprietário não possui nenhum vínculo com o dono do gado. Os dados foram coletados mediante entrevista, onde o proprietário do gado apresentou notas fiscais e anotações referentes a compra de produtos usados no período do aluguel, e os recibos dos pagamentos do aluguel.

3.4 DESCRIÇÃO DO LOTE DE GADO ESTUDADO

Apesar da mistura de raças, predomina uma forte miscigenação da raça nelore, mesmo assim, o gado pode ser considerado de boa qualidade. No período em que os animais encontravam-se no arrendamento, foram criados no sistema extensivo, ou seja, soltos, e monitorados pelo vaqueiro e pelo pecuarista.

3.5 CRITÉRIOS DE CUSTO QUE FORAM ANALISADOS DURANTE O ESTUDO DE CASO.

No desenvolvimento dessa pesquisa, para uma melhor compreensão e agilidade, os dados foram inseridos em tabelas que encontram-se disponíveis em Apêndice, e trazem informações sobre os custos inseridos na criação do gado que já fora mencionado.

As tabelas disponibilizadas são:

- Tabela de Custos Fixos

No desenvolvimento dessa tabela considerou-se como custos fixos somente os gastos relacionados ao aluguel da pastagem, as diárias do vaqueiro que pastoreava o gado uma vez por semana, e as dos ajudantes no período de vacinação.

- Tabela de Custos Variáveis

Na tabela de custos variáveis encontram-se todos os insumos necessários e obrigatórios na criação de gado. Dentre os produtos e suplementos necessários podemos destacar os medicamentos e a suplementação. Já as vacinas e os materiais estão vinculados para a realização da mesma tarefa, e juntos compõem os produtos obrigatórios.

A ausência da tabela de depreciação e de despesas administrativas ocorreu devido ao fato de que a pesquisa foi voltada ao período em que o gado encontrava-se em propriedade de terceiros. Dessa forma, não há a necessidade de inventariar os bens, e muito menos de depreciá-los. Com relação às despesas administrativas, pelo valor da receita bruta, o produtor enquadra-se na categoria de micro produtor rural, sendo assim, fica dispensado da obrigatoriedade de serviços contábeis.

4 ANÁLISE DE RESULTADO

Neste capítulo é apresentada a análise de resultado, composta por: depreciação, mesmo que esta não tenha incorrido; a análise dos dados, e o método de custeio utilizado; margem de contribuição; ponto de equilíbrio e; margem de segurança. Por meio da análise desses índices é possível avaliar a rentabilidade e a viabilidade da atividade.

4.1 DEPRECIAÇÃO

Pelo fato de que no período analisado o gado encontrava-se em pastagem arrendada, não se aplicou a depreciação nos bens e benfeitorias. Quanto à depreciação do gado, segundo o pecuarista entrevistado, pelo fato de ser cadastrado na categoria de micro produtor rural, o valor do gado é pautado pela SEFAZ (Secretaria de Estado de Fazenda), onde não há depreciação. Porém, todos os anos no mês de fevereiro, o pecuarista é obrigado a informar na SAMMA (Secretaria de Agricultura Pecuária e Meio Ambiente) do município, todos os valores que envolvem as vendas (receitas) e os gastos (custos) do exercício anterior, juntamente com a relação do gado fornecida pelo INDEA. O serviço prestado pela SAMMA tem somente o custo da impressão da GIA (Guia de Informações Agropecuária), por ser um valor muito baixo, pode ser considerado irrelevante.

4.2 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Por tratar-se de uma atividade voltada à produção de apenas um único produto, nesse caso os bezerros, utilizando o Método de Custeio Variável, verificaram-se apenas os custos fixos e variáveis. Através desse método chegou-se ao resultado que aponta o lucro bruto total. Conforme TABELA 5 em Apêndice.

Para chegarmos ao custo unitário, ambos os custos foram distribuídos entre a produção do período, sendo que os gastos com aluguel, mão-de-obra do vaqueiro e dos ajudantes incluíram-se nos custos fixos, enquanto os gastos com insumos onde se incluem vacinas, suplementação, parasitários, medicamentos e materiais representavam os custos variáveis.

4.3 MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO

Margem de contribuição representa a diferença entre preço de venda e o custo variável. O valor correspondente dessa diferença será utilizado para sanar os custos fixos, e o excedente resultará em lucro.

Para descobrir a Margem de Contribuição Total utiliza-se a seguinte fórmula:

$$MC = RV - CV$$

Onde:

MC = Margem de Contribuição

RV = Receita de Vendas

CV = Custos Variáveis

Para o caso em estudo, onde o rebanho possuía 150 matrizes, considerando a probabilidade de 70% de essas matrizes produzirem bezerros durante o período do aluguel, teríamos 105 bezerros. Como o valor do bezerro macho difere-se do valor da fêmea, para chegarmos ao preço de venda unitário, calculamos a média da soma dos valores (BM. R\$ 600,00 + BF. R\$ 400,00 ÷ 2 = R\$ 500,00). Para o valor dos custos variáveis utilizamos o resultado da TABELA 6 em Apêndice.

Nesse caso teríamos:

- Margem de Contribuição Total

$$RV = 105 \text{ un.} \times R\$ 500,00$$

$$RV = R\$ 52.500,00$$

$$CV = R\$ 7.111,20$$

$$MC = RV - CV$$

$$MC = R\$ 52.500,00 - R\$ 7.111,20$$

$$MC = R\$ 45.388,80$$

Sendo assim, se o pecuarista vendesse os 105 bezerros produzidos durante o período do aluguel cobriria todos os custos variáveis, e ainda teria uma Margem de Contribuição Total de R\$ 45.388,80 com a qual poderia saldar os custos fixos e o excedente seria lucro.

- Margem de Contribuição Unitária

$$MC/U = PV/U - CV/U$$

$$MC/U = R\$ 500,00 - R\$ 67,73$$

$$MC/U = R\$ 432,27$$

Sendo a Margem de Contribuição Unitária R\$ 432,27, podemos concluir que cada unidade contribui com esse valor para absorver os custos fixos e gerar lucro.

4.4. PONTO DE EQUILÍBRIO

O Ponto de Equilíbrio pode ser definido como o nível de vendas em que a empresa não incorre em lucro ou prejuízo, em que o volume de vendas é exatamente o suficiente para cobrir todos os custos fixos e variáveis. Sendo assim as vendas gerarão lucro quando as unidades vendidas ultrapassarem esse ponto.

4.4.1 PONTO DE EQUILÍBRIO CONTÁBIL

Segundo Crepaldi (2004), o Ponto de Equilíbrio Contábil (PEC) é obtido quando o volume das vendas (unidades ou valores) é suficiente para saldar todos os custos e despesas fixas, ou seja, ao atingir esse ponto não ocorre lucro e nem prejuízo.

Para chegar ao resultado do Ponto de Equilíbrio Contábil (PEC), utiliza-se a seguinte fórmula:

$$PEC = CDFT \div MC/U$$

$$PEC = R\$ 24.780,00 \div R\$ 432,27$$

$$PEC = 57,33$$

Neste caso 57,33 representa a quantidade de bezerros necessários para cobrir os custos e despesas fixas do caso em estudo.

A DRE com a resolução desta questão encontra-se na TABELA 8 em Apêndice.

Para Souza (2003) *apud* Aguiar e Resende (2010), o Ponto de Equilíbrio serve de orientação para os administradores quanto às metas de vendas, é utilizado para tomada de decisões estratégicas, bem como para lançamento de novos produtos.

4.4.1.1 ÍNDICE DO PONTO DE EQUILÍBRIO

Pelo Índice do Ponto de Equilíbrio a empresa poderá saber o quanto as suas receitas de vendas podem cair e ainda permanecer na faixa de segurança. Quanto menor o Índice do Ponto de Equilíbrio, maior será a Margem de Segurança.

$$\text{Índice do Ponto de Equilíbrio} = \text{CF total} \div (\text{RV} - \text{CV total})$$

$$\text{IPE} = 24.780,00 \div (52.500,00 - 7.111,20)$$

$$\text{IPE} = 24.780,00 \div 45.388,80$$

$$\text{IPE} = 54,59\%$$

Sendo assim, 54,59% da Margem de Contribuição Total será para pagar os custos fixos.

4.5 MARGEM DE SEGURANÇA

A margem de segurança é a quantidade em unidades ou valor, que ultrapassa o ponto de equilíbrio. Quanto mais acima do ponto de equilíbrio a empresa estiver operando, maior será a segurança de que eventuais quedas no faturamento não levarão o resultado operacional para a zona de prejuízo.

$$\text{MS} = \text{Receitas atuais} - \text{Receitas no Ponto de Equilíbrio} / \text{Receitas atuais}$$

$$\text{MS} = (52.500,00 - 28.665,00) \div 52.500,00$$

$$\text{MS} = 23.835,00 \div 52.500,00$$

$$\text{MS} = 0,4540 \times 100$$

$$\text{MS} = 45,40\%$$

Portanto, mesmo que a empresa deixe de vender 45,40% de sua produção, ainda não entrará em prejuízo.

5 CONCLUSÃO

A pecuária tornou-se a principal atividade econômica do município de Juína – MT. No entanto, os preços de venda dos produtos agropecuários são determinados pelo mercado (comprador). Sendo assim, para manterem-se atuantes num mercado cada vez mais competitivo, os pecuaristas precisam inovar os métodos de controle financeiro, principalmente no que se diz respeito aos custos de produção, pois, os modelos tradicionais de controle não são mais viáveis. Portanto, a Contabilidade de Custos é uma ferramenta essencial para auxiliá-los nas tomadas de decisões.

Por ser um município que possui várias propriedades rurais destinadas à pecuária, a pesquisa analisou os custos que envolvem a produção do Sítio São José, cuja principal atividade está voltada à pecuária de corte no sistema extensivo na fase de cria. Os dados coletados são referentes aos custos decorrentes do período em que um lote de 150 matrizes encontrava-se em pasto alugado. Com a utilização da Contabilidade de Custos, foram identificados e classificados todos os custos inseridos na produção desse período.

Por meio da análise dos dados, percebeu-se que mesmo com um custo fixo elevado, considerando a probabilidade de produção na faixa dos 70%, pode-se dizer que o pecuarista obteve um bom lucro. E no que se diz respeito em que a Contabilidade de Custos pode contribuir na tomada de decisão, nesse caso em específico, ela apresentou: os índices de todos os itens comparando-os com o custo total, o ponto de equilíbrio, a margem de contribuição e a margem de segurança.

Atualmente, devido ao alto preço do aluguel e estagnação do preço do bezerro, não é mais viável criar gado em pasto alugado. Daí a necessidade do pecuarista utilizar a Contabilidade de Custos como ferramenta de decisão, pois se ele não calcular os custos e compará-los com a receita, poderá atuar em prejuízo.

REFERÊNCIA

- AGUIAR, Adilson de Paula Almeida; RESENDE, Juliano Ricardo. **Pecuária de corte: custos de produção e análise econômica**. 1. ed. Viçosa: Aprenda Fácil, 2010.
- CALLADO, Antônio Cunha et al. **Agronegócio**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- CAVALCANTE, Else Dias de Araújo; COSTA, Maurim Rodrigues. **Mato Grosso e sua História**. Cuiabá: Edição dos autores, 1999. 168p.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.
- CNA. **Análise do PIB das cadeias produtivas de algodão, cana-de-açúcar, soja, pecuária de corte e de leite no Brasil**. Brasília, março de 2012. Disponível em: <<http://canaldoprodutor.com.br/sites/default/files/pib-cadeias-produtivas-web.pdf>> acessado em 21/09/2012.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 29: Ativos Biológicos e Produto Agrícola**. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_29.pdf> acessado em 07/09/2012.
- CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso básico de contabilidade de custos**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- _____. **Contabilidade rural: uma abordagem decisória**. 6. ed. revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Atlas, 2011.
- FERREIRA, João Carlos Vicente. **Mato Grosso e seus Municípios**. Cuiabá: Secretaria de Estado da Educação, Buriti, 2001.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- IBGE. **Produção da Pecuária Municipal**. Disponível em: <<http://ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ppm/2010/default.shtm>> acessado em 28/08/2012.
- INDEA. **Coleta de dados básicos**. Juína – MT: set.2012.
- IUDÍCIBUS, Sergio de; MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise Manzi Frayze. **História do Brasil**. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Atual, 1996.
- LEONE, George S. G. **Curso de contabilidade de custos**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 4. ed. 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2006.
- MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- _____. **Contabilidade Rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, imposto de renda pessoa jurídica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- _____.SEGATTI, Sonia. **Contabilidade da pecuária**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. *et al.* **Contabilidade e controladoria em Agribusiness**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, Neuza Corte de. **Contabilidade do agronegócio**. Curitiba: Juruá, 2008.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Controladoria estratégica e operacional: conceitos, estruturas, aplicação**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

REIS, Arnaldo Carlos de Rezende. **Demonstrações contábeis: estrutura e análise**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade básica fácil**. 27. São Paulo: Saraiva, 2010.

SÁ, Antônio Lopes de. **História geral da contabilidade no Brasil**. 1. ed. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2008.

SANTOS, Gilberto José dos; MARION, José Carlos; SEGATTI, Sonia. **Administração de custos na agropecuária**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. **História do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Scipione, 1998.

APÊNDICES**TABELA 5 – Custeio Variável (Direto)**

DRE			
	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	TOTAL
Vendas	105	500,00	52.500,00
(-) Custo Variável	105	67,73	7.111,20
Margem de Contribuição	105	432,27	45.388,80
(-) Custos Fixos	105	236,00	24.780,00
Lucro Bruto	105	196,27	20.608,80

Fonte: Dados da Pesquisa (2012)

TABELA 6 – Custos Variáveis

CUSTOS VARIÁVEIS								TOTAL/ ANO	%
								7.111,20	100
1. INSUMOS								7.111,20	100
1.1. VACINAS	Nº DE ANIMAIS	NºDOSES ADQ.	\$/DOSE	ML/ ANIMAL	\$/ML	\$/ ANIMAL	APLIC./ ANO	722,00	10,15
1.1.1. F.Aftosa	204 e 105	320	1,30	5 ml	0,26	1,30	2	416,00	5,85
1.1.2. Carbúnculo	105	120	0,70	3 ml	0,23	0,70	2	168,00	2,36
1.1.3. Brucelose	52 ÷ (2)	60	2,30	2 ml	1,15	2,30	2	138,00	1,94
1.2. SUPLEMENTAÇÃO	SC./MÊS	KG./SACA	\$/SACA	TOTAL/MES				5.400,00	75,94
1.2.1. Sal mineral	15	30	30,00	450,00	-	-	12	5.400,00	75,94
1.3. PARASITARIOS	Nº DE ANIMAIS	QTD. ADQ.	QTD. UTIL.	MÉDIA/ ANIMAL	\$/ML	\$/ ANIMAL	APLIC./ ANO	764,20	10,75
1.3.1. Vermífugo								451,20	6,34
1.3.1.1. Dectomax	255	1.500 ml	1.410 ml	5,53 ml	0,32	1,77	1	451,20	6,34
1.3.2. Carrapaticida								177,00	2,49
1.3.2.1. Barragem	154	1.000 ml	1.000 ml	1,62 ml	0,040	0,06	4	40,00	0,56
1.3.2.2. Tanidil	255	200 g.	-	0,78 g.	0,125	0,10	-	25,00	0,35
1.3.2.3. Pour on	154	8.000 ml	8.000 ml	51,95 ml	0,014	0,73	1	112,00	1,57
1.3.3. Mata-bicheira								136,00	1,91
1.3.3.1. Cidental	255	-	-	-	-	-	-	26,00	0,37
1.3.3.2. Tira berne	259	2.000 ml	2.000 ml	7,72 ml	0,055	0,42	-	110,00	1,55
1.4. MEDICAMENTOS	Nº DE ANIMAIS	QTD. ADQ.	QTD. UTIL.	MÉDIA/ ANIMAL	\$/ML	\$/ ANIMAL	APLIC./ ANO	172,00	2,42
1.4.1. Antibióticos								102,00	1,43
1.4.1.1. Pencivet	259	100 ml	-	0,39 ml	0,50	-	-	50,00	0,70
1.4.1.2. Agrovét	259	100 ml	-	0,39 ml	0,52	-	-	52,00	0,73
1.4.2. Outros								70,00	0,98
1.4.2.1. Hepatoxan	159	100 ml	-	-	0,10	1,00	-	10,00	0,14
1.4.2.2. Fortgal Plus	159	50 ml	-	-	0,70	3,50	-	35,00	0,49
1.4.2.3. Marfix (marca fria)	52 ÷ (2)	200 ml	-	-	-	-	2	25,00	0,35

CUSTOS VARIÁVEIS								TOTAL/ ANO 7.111,20	% 100
1.5. MATERIAIS	Nº DE ANIMAIS	QTD. ADQ.	QTD. UTIL.	\$/UNITÁRIO				53,00	0,75
1.5.1. Agulhas	255	10 und.	-	1,50	-	-	-	15,00	0,21
1.5.2. Luvas	52 ÷ (2)	4 p.	4 p.	6,50	-	-	-	26,00	0,37
1.5.3. Seringas	255	1 (20 ml)	1	12,00	-	-	-	12,00	0,17

Fonte: Dados da Pesquisa (2012).

TABELA 7 – Custos Fixos (2010-2011)

CUSTOS FIXOS					TOTAL/ ANO 24.780,00	% 100
1. PASTAGEM	Nº DE ANIMAIS	\$/CABEÇA/ MÊS	TOTAL/MÊS	APLIC./ ANO	23.100,00	93,22
1.1 Aluguel	154	12,50	1.925,00	12	23.100,00	93,22
2. MÃO-DE-OBRA	UND.	QTDA.	\$/DIA	\$/MÊS	1.680,00	6,78
2.1 Vaqueiro	Dia	4	30,00	120,00	1.440,00	5,81
2.2 Ajudante/vacinação	Dia	8	30,00	-	240,00	0,97

Fonte: Dados da Pesquisa (2012)

TABELA 8 – Ponto de Equilíbrio Contábil

DRE			
	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	TOTAL
VENDAS	57,33	500,00	28.665,00
(-) CDV	57,33	67,73	3.885,00
MC	57,33	432,27	24.780,00
(-) CDFT			24.780,00
LUCRO OPERACIONAL			0,00

Fonte: Dados da Pesquisa (2012)

TABELA 9 – Custo de Produção

Componentes	Valor R\$	Participação no Custo Total (%)
A – CUSTOS FIXOS	24.780,00	77,70
A.1. PASTAGEM	23.100,00	72,43
Aluguel	23.100,00	72,43
A.2. MÃO-DE-OBRA	1.680,00	5,27
Vaqueiro	1.440,00	4,52
Ajudante/vacinação	240,00	0,75
B – CUSTOS VARIÁVEIS	7.111,20	22,30
B.1. VACINAS	722,00	2,26
F. Aftosa	416,00	1,30
Carbúnculo	168,00	0,53
Brucelose	138,00	0,43
B.2. SUPLEMENTAÇÃO	5.400,00	16,93
Sal Mineral	5.400,00	16,93
B.3. PARASITÁRIOS	764,20	2,40
Vermífugo	451,20	1,41
Carrapaticida	177,00	0,56
Mata-bicheira	136,00	0,43
B.4. MEDICAMENTOS	172,00	0,54
Antibióticos	102,00	0,32
Outros	70,00	0,22
B.5. MATERIAIS	53,00	0,17
Agulhas	15,00	0,05
Luvas	26,00	0,08
Seringas	12,00	0,04
C – CUSTO TOTAL (A+B)	31.891,20	100

Fonte: Dados da Pesquisa (2012)

